



UM ESTUDO DA CULTURA ESCOLAR PRESENTE NOS EXAMES DE ADMISSÃO AO GINÁSIO COM ÊNFASE NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

Elisângela Zarpelon Aksenen – PUCPR¹

Maria Elisabeth Blanck Miguel (orientadora) - PUCPR²

Resumo: O estudo aqui apresentado constitui uma primeira aproximação de um projeto mais amplo que pretende estudar os exames de admissão ao ginásio. Tais exames foram obrigatórios nas escolas públicas do Brasil de 1930 a 1971 e marcaram um período histórico de ampliação no acesso ao ensino primário e restrição ao ginásio. O encaminhamento teórico sobre a cultura escolar, a história das disciplinas escolares, o papel dos exames no contexto educacional e a abordagem dada à disciplina de matemática situam as discussões aqui levantadas. A abordagem contempla uma reflexão metodológica sobre a cultura escolar presente nos manuais, atas e documentos escolares do período. A história oral enriquece as considerações. Para tanto, recorremos ao aporte teórico de Julia (2001), Pinto (2004), Valente (2003), Delgado (2006), Romanelli (2010) entre outros. Apontamos elementos da legislação, orientações para as provas de matemática, descrevemos dados referentes aos exames de dois colégios de Curitiba e analisamos dois manuais didáticos de matemática (12^a e 572^a edições) estabelecendo relações entre eles.

Palavras-chave: Cultura escolar; Exames de admissão; Matemática.

1. INTRODUÇÃO

Estudar a história da cultura escolar nos remete ao fato de que, como professores, estamos inseridos num precioso ambiente de múltiplas interações e a compreensão de que ao mesmo tempo em que estamos produzindo conhecimento estamos construindo uma história de práticas escolares, que segundo Julia (2001), é difícil de reconstruir porque não deixa traço. Precisamos nos reconhecer como sujeitos dessa cultura escolar.

De acordo com Julia (2001):

A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que

¹ elisangela.aksenen@pucpr.br

² maria.elisabeth@pucpr.br

permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, 2001, p.9).

Verificando pesquisas sobre história escolar percebemos a importância de se analisar manuais, provas, atas, etc. de modo a reconstituir a cultura escolar.

Ao nos referirmos à história da cultura escolar, percebemos a importância de se compreender a história das disciplinas escolares, como mecanismos de ordem e controle social, assim como o papel regulador que os exames assumem sobre as disciplinas (PESSANHA, 2002).

Um dos caminhos para analisar a história de uma disciplina escolar consiste em procurar as suas finalidades, isto é, as necessidades sociais a que ela corresponde. Essas finalidades podem estar implícitas na legislação que instituiu a disciplina, nos objetivos dos planos de ensino e nos manuais utilizados. No entanto, as provas e exames parecem constituir fonte mais completa dessas finalidades (PESSANHA, 2002, p. 7).

As disciplinas escolares fazem parte de um contexto eminentemente escolar, são “um produto específico da escola” (JULIA, 2011, p. 33) e são resultado de lutas de classes que definiram valores, comportamentos e conhecimentos que seriam ensinados (PESSANHA, 2002).

Os exames, segundo Pessanha (2002), têm fundamental importância na escolarização moderna, porque eles contribuem para a definição da função social da escola.

Todo exame, não importa sua origem ou objetivo, apresenta um duplo objetivo: fornecer os conhecimentos, ver os meios de ação necessários para exercer um poder; construir uma ordem na qual cada sujeito examinado deve encontrar seu lugar (PESSANHA, 2002, p. 7).

Nesse sentido pretendemos analisar a cultura escolar presente nos exames de admissão ao ginásio que ocorreram no Brasil entre 1931 e 1971.

O exame de admissão ao ginásio foi instituído pela Reforma Francisco Campos. De acordo com Pinto (2004), determinava que o acesso ao ensino secundário em nível nacional ficaria subordinado a provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais.

Segundo Romanelli (2010), nesse período se ampliou o acesso ao ensino primário, mas restringiu-se o acesso ao ginásio.

Buscamos por meio do contato com as fontes – provas, leis, manuais didáticos, atas, entre outros – esclarecer a constituição dos exames de admissão ao ginásio nos atuais

Colégios Estaduais Yvone Pimentel³ e Francisco de Azevedo Macedo⁴, em Curitiba; assim como analisar os conteúdos matemáticos exigidos para o preparo dos candidatos à prova.

Utilizamos também depoimentos orais que surgiram espontaneamente por sujeitos envolvidos com a pesquisa, pois concordamos com Delgado (2006) ao afirmar que “a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico” (DELGADO, 2006, p. 16).

[...] o maior desafio da história oral, tomando como empréstimo a interpretação de Benjamin (1984) sobre a memória, é contribuir para que as lembranças continuem vivas e atualizadas, não se transformando em exaltação ou crítica pura e simples do que passou, mas sim, em meio de vida, em procura permanente de escombros, que possam contribuir para estimular e reativar o diálogo do presente com o passado (DELGADO, 2006, p. 31).

Recorremos ao aporte teórico da história da educação no Brasil no período compreendido entre 1930 e 1971, e as contribuições de Pinto (2004), Pessanha (2002), Valente (2003), Julia (2001), entre outros.

2 – Abordando marcos históricos

A partir de 1930, na chamada era Vargas, com o desenvolvimento industrial e urbano no Brasil (embora tal não tenha acontecido em todos os estados da federação), intensas transformações aconteceram: maior expansão das redes primária e secundária⁵ e implantação

³ O Colégio Estadual Yvone Pimentel – Ensino Fundamental e Médio com sede em Curitiba, Estado do Paraná, sito à Rua Sebastião Malucelli, 1312, Bairro Novo Mundo, foi criado pelo decreto número 6.212 de 28 de julho de 1967, sob a denominação de Ginásio do Núcleo Social Yvone Pimentel. Começou funcionando em dois turnos com 506 alunos de quinta e sexta séries pelo decreto 6.213/67 da mesma data, foi criado o Grupo Escolar do Núcleo Social Yvone Pimentel, funcionando à tarde com 503 alunos de primeira a quarta série. Projeto Político Pedagógico, 2010, p. 15. Disponível em <http://www.ctayvonepimentel.seed.pr.gov.br/uploads/bd4a503d-3061-9e80.pdf> Acesso em 20/11/2011.

⁴ O Colégio Estadual Doutor Francisco Azevedo Macedo - Ensino Fundamental e Médio, localizado no bairro Novo mundo, da cidade de Curitiba, na Travessa Augusto Marach n.º 224, pertencente à Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, tem sua origem na junção de dois Estabelecimentos de Ensino. O primeiro, criado pelo Decreto n.º 2.297 de 03 de abril de 1946, com o nome de Grupo Escolar Novo Mundo. Em 02 de julho de 1955, através do Decreto n.º 17.565, passou a chamar-se Grupo Escolar Doutor Francisco Azevedo Macedo, ministrando o Ensino de 1ª a 4ª séries do 1º Grau. O segundo Estabelecimento foi criado pelo Decreto n.º 33.521 de 30 de dezembro de 1966 com o nome de Ginásio Estadual “Novo Mundo”, com o funcionamento no período noturno. Este Estabelecimento, através do Decreto n.º 8.167 de 02 de fevereiro de 1968, recebeu a denominação de Colégio Estadual General Moreira Couto. (Projeto Político Pedagógico, 2010, p. 9-10). Disponível em: <http://www.ctafranciscomacedo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/177/arquivos/File/pppcefam.pdf> Acesso em 20/11/2011.

⁵ Tanto o ensino primário, como o secundário, que se destinam a ministrar uma cultura geral comum, inculcando aquele as noções fundamentais, e dando este, a cultura humanística, tiveram de 1930 a 1940, o maior desenvolvimento que se registrou no país, em igual período, em qualquer época da história de nossa educação (AZEVEDO, 1976, p. 226)

de significativas reformas de ensino. Tais reformas deram atenção especial ao ensino secundário e superior, deixando de lado o ensino primário (ROMANELLI, 2010).

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, sob a responsabilidade de Francisco Campos⁶ foram instituídos vários decretos com a finalidade de reformar o ensino superior (Decretos nº 19.851 e nº 19.852 de 11/04/1931), o ensino secundário (Decreto nº 19.890 de 18/04/1931) e o ensino comercial (Decreto nº 20.158, de 30/06/1931). Este conjunto de decretos ficou conhecido como Reforma Francisco Campos, a qual organizou o ensino secundário em dois ciclos: um fundamental, de cinco anos e outro complementar, de dois anos, visando a preparação para o ensino superior.

[...] a Reforma Francisco Campos teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. [...] um curso secundário que procurou dar, em seu ciclo fundamental, formação básica geral, e, em seu ciclo complementar, buscou estruturar-se como curso propedêutico (ROMANELLI, 2010, p. 136 - 138).

Anterior a tais decretos, o Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931 cria o Conselho Nacional de Educação, o qual constitui “o órgão consultivo máximo destinado a assessorar o ministro na administração e direção da educação nacional” (ROMANELLI, 2010, p. 142).

O Decreto nº 19.890/31 instituiu em seu Artigo 18, os exames de admissão ao ginásio: “O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.” O artigo 22 descreveu o conteúdo e a forma das provas: “O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais”.

Para inscrever-se ao referido exame, o candidato deveria provar idade mínima de 11 anos (Artigo 19), apresentar atestado de vacinação anti-variológica recente, apresentar recibo de pagamento da taxa de inscrição (Artigo 18, § 3º), a qual era limitada a um único estabelecimento de ensino (Artigo 20).

⁶ Francisco Luís da Silva Campos, natural de Dores do Indaiá, Minas Gerais, nasceu em 18/11/1891, e faleceu em Belo Horizonte em 01/11/1968. Formado na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em dezembro de 1914, além do trabalho na advocacia, ocupou vários cargos públicos: professor concursado de Direito Público Constitucional da faculdade onde se formou, tendo início em 1918; Deputado Federal por Minas Gerais (1926-1930); Ministro da Educação e Cultura (1930-1932); Consultor Geral da República (1933-1937) e, finalmente Ministro da Justiça (1937-1941) (ROCHA, 2001, p. 178 – 179).

Percebe-se que a legislação que entrou em vigor nesse período visava a homogeneização do ensino secundário em instituições públicas e privadas, em todo o país (ABREU, 2010).

Dentre as principais mudanças encontra-se o serviço de inspeção, o qual era subordinado ao Departamento Nacional de Ensino, sendo exercido por inspetores concursados que deveriam percorrer os distritos fiscalizando os serviços, solucionando problemas, acompanhando a realização das provas parciais e finais, assistindo aulas e enviando mensalmente relatórios “minuciosos e de caráter confidencial” (Artigo 55), aos quais seus salários estariam subordinados.

Verifica-se, por meio da prática de inspeção, a preocupação do Estado em controlar o universo escolar.

Em relação às provas de Matemática, assim como as demais, elas sofreram alterações, legitimadas por decretos, ao longo do período em que foram realizadas (PINTO, 2004).

A Circular nº 13 de 3 de dezembro de 1940 esclarece melhor os encaminhamentos referentes aos exames: “Aos exames escritos, de caráter eliminatório, deve ser dada maior importância, pois são de fato os que permitem aferição mais exata das condições reais do candidato ao curso secundário”.

No que se refere à prova de Matemática, diz a Circular:

A prova escrita de Matemática visa, de modo especial, apurar o domínio das operações fundamentais e o desembaraço no cálculo. Os problemas e exercícios propostos devem, portanto, verificar realmente esses dois pontos, evitando-se os de exposição intrincada e fácil resolução, como são geralmente os chamados “quebra-cabeças” (BICUDO, 1942, p. 542).

Valente (2001), apoiado em Bicudo (1942), afirma que a prova procurava considerar o conhecimento da base de matemática considerado essencial para o aluno prosseguir seus estudos, com ênfase nas “operações fundamentais e o desembaraço no cálculo”.

No que se refere à disciplina de Matemática, segundo Pinto (2004):

[...] a matemática necessária era a que deveria atender as necessidades da classe dominante: o bom ensino para uma pequena parcela da população escolarizada, garantindo o acesso dessa camada da população ao ensino secundário. A avaliação, meritocrática por natureza, era a avaliação politicamente correta para as finalidades sociais, um *aparelho docimológico* no qual as provas de matemática constituíam-se em *mecanismos* eficazes para o alcance das grandes finalidades da educação matemática enquanto *controle* da população escolarizada (PINTO, 2004, s/p).

3 – Documentos escolares

Referente ao Ginásio Estadual do Novo Mundo, atual Colégio Estadual Francisco de Azevedo Macedo (CEFAM), encontramos um livro de “Registro de Matrículas de Exames de Admissão”, com termo de abertura datado de 16 de janeiro de 1967, contendo 50 folhas tipograficamente numeradas, manuscritas (com muito capricho), sem rasuras, contendo nome do candidato, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, nome do pai, nome da mãe e residência. Encontramos também outro livro, devidamente encapado (como o primeiro) etiquetado com o título “Livro de matrículas Ginásio”, contendo os dados sobre cada aluno matriculado.

O arquivo da escola, que era mantido na biblioteca, foi perdido devido a uma inundação. Por isso, muito pouco se preservou.

A abertura das matrículas ao Exame de Admissão em 1ª época deu-se no dia 16 de janeiro e encerradas em 26 de janeiro de 1967, com 74 candidatos inscritos. As matrículas ao Exame de Admissão em 2ª época iniciaram no dia 02 de fevereiro e encerraram-se em 15 de fevereiro de 1967, com 75 candidatos inscritos. Constatamos 160 alunos matriculados na primeira série ginásial deste estabelecimento neste ano.

Entre os dias 16 e 30 de novembro de 1967 foram inscritos 193 candidatos ao exame e foram matriculados 128 alunos. Do dia 18 a 29 de novembro de 1968 foram inscritos 192 candidatos ao exame e matriculados para a primeira série 136 alunos. Do dia 17 a 29 de novembro de 1969 foram inscritos 206 candidatos e matriculados 135 alunos.

Entre os dias 16 e 30 de novembro de 1970 foram inscritos 223 candidatos dos quais 98 matricularam-se. E, finalmente, verificamos que o último registro de matrículas ao exame de admissão deste estabelecimento deu-se de 24 de novembro a 11 de dezembro de 1971, com 81 candidatos inscritos, no entanto, curiosamente registramos um total de 101 alunos matriculados na primeira série ginásial nesse período.

Referente ao Ginásio Estadual do Núcleo Social Yvone Pimentel, atual Colégio Estadual Yvone Pimentel, encontramos as Atas dos Exames de Admissão. A Ata nº 1, lavrada em 08 de março de 1968, apresenta os resultados (médias de Português, Aritmética, Geografia, História) dos exames de admissão de 135 candidatos, realizados nos dias 11, 12 e 13 do mês de dezembro de 1967. A ata nº 3, lavrada também em 08 de março de 1968, apresenta os resultados dos exames de admissão realizados nos dias 19, 20, 21 e 22 do mês de fevereiro de 1968, de 81 candidatos. A ata de exame de admissão realizado nos dias 05, 06 e 07 de fevereiro de 1969 apresenta os seguintes resultados: alunos matriculados: 129; reprovados 55; aprovados: 71; não compareceram 03. A ata de exame de admissão realizado

nos dias 16, 17 e 20 de dezembro de 1969 apresenta os seguintes resultados: alunos matriculados: 270; reprovados: 156; aprovados: 105; não compareceram: 09.

Encontramos também no Colégio Yvone Pimentel alguns certificados de aprovação em exame de admissão à 1ª série do 1º ciclo, o qual continha os dados do candidato (nome, nascimento, cidade, estado, filiação), a data do exame, as notas de cada disciplina (Português, Matemática, História e Geografia), a média geral, local, data e assinatura do secretário e do diretor.

No mesmo colégio foram encontradas algumas documentações apresentadas pelos candidatos para fazer a inscrição ao exame. Essa documentação continha o requerimento para a inscrição, certidão de nascimento, 2 fotos 3x4 e certificado de conclusão do curso primário.

Não encontramos, no entanto, nenhum modelo de prova nos dois estabelecimentos pesquisados.

4 – Preparação para o exame de admissão

Para o preparo do candidato ao exame, existiam livros que continham o programa oficial dos exames e eram, portanto, utilizados como principal material de apoio por professores e alunos.

Segundo conversas com professoras que fizeram o exame, todas comentaram que para conseguir aprovação deveriam saber o livro todo. Um dos depoimentos foi marcante:

“Tive pneumonia durante a preparação ao exame, mas minha mãe tomava os pontos na cama, não podia perder a prova, senão perdia o ano. Fiz a prova e passei.”

Outra pessoa afirmou que quando estavam terminando a quarta série a professora selecionava aqueles que teriam condições de passar e se disponibilizava a dar aulas preparatórias ao exame em sua casa. As aulas eram pagas. Contava ela:

Meu pai achava que por eu ser mulher, não precisaria estudar mais. Mas eu insistia, meu sonho era ser secretária. Com dificuldades ele pagou as aulas preparatórias e eu passei no exame, mas só tinha 5ª série à noite então meu pai voltou a estudar para me acompanhar. [...] tive que interromper o ano. Mudamos de escola algumas vezes. Concluí meus estudos quando já era casada.

Conversamos com professores, secretários de escolas e pais que passaram pelo exame. Todos, mesmo aqueles com vagas lembranças, referiam-se ao exame como uma experiência marcante em suas infâncias, devido ao medo que sentiam da prova.

4.1 – Os manuais

Analisamos dois manuais: o primeiro, cujo título “Programa de Admissão”, da Companhia Editora Nacional, 12ª edição (1650º milheiro), de 1965, contendo 412 páginas elaboradas pelos seguintes autores: Aroldo de Azevedo, Domingos Paschoal Cegalla, Joaquim Silva e Osvaldo Sangiorgi. O livro apresenta a seguinte divisão: Programa oficial; Português; Geografia; História do Brasil; Matemática.

O último capítulo, destinado à Matemática, elaborado por Osvaldo Sangiorgi foi dividido em 4 partes: *1 – Números inteiros. Operações Fundamentais. Problemas - modelo. Divisibilidade. M.D.C M.M.C.*; *2 – Números fracionários. Operações fundamentais. Núcleos decimais*; *3 – Sistema legal de unidades de medir. Sistema métrico decimal. Sistema monetário brasileiro*; *4 – Morfologia geométrica aplicável ao cálculo elementar aritmético; Curiosidades sobre Matemática.* (AZEVEDO, 1965, p.9)

O texto iniciado na página 285 e concluído na página 412 foi composto praticamente sem ilustrações (utilizadas somente para abordar as propriedades das frações, as medidas de comprimento, superfície e volume, unidades de massa, ângulos e polígonos) ou cores (utilizadas somente nos títulos e subtítulos). O autor apresenta cada conteúdo, em seguida explica alguns *exercícios-modelo*, propõe um questionário, alguns exercícios e finalmente, as respostas dos exercícios. Esse é o encaminhamento seguido em todos os conteúdos abordados⁷.

Para explicar a adição, por exemplo, o autor apresenta primeiramente a definição e algumas situações-problema; em seguida traz as propriedades fundamentais da adição; como efetuar cálculo mental; regra prática para efetuar a adição; prova real e dos nove; os erros mais comuns e a sequência de atividades já descrita.

Ao final da abordagem sobre as operações de números inteiros o autor sugere uma extensa lista contendo 35 problemas, privilegiando questões monetárias.

⁷ Exceto no último item – Morfologia geométrica aplicável ao cálculo elementar aritmético – onde o autor aborda os principais conceitos da geometria, sem utilizar-se de questionário como forma de fixação.

Bastante interessante a última parte do capítulo a qual se refere a curiosidades matemáticas. Nela o autor, de modo bastante descontraído, apresenta curiosidades sobre operações, potenciação, divisibilidade, frações e sistemas de medidas. Alguns exemplos:

Como adivinhar um número pensado por uma pessoa. Peça a uma pessoa para pensar em um número qualquer. Mande multiplicá-lo por 3, somar, a seu prazer, um dos números 1, 2 ou 3; multiplica-lo ainda por 3 e juntar, depois, o número pensado. Dividindo esse resultado por 10 (que é o mesmo que suprir do resultado a última cifra) o resultado obtido é o número pensado pela pessoa. Experimente com o seu colega. **Problemas curiosos** 1) [...] 2) Um árabe ao morrer deixou 17 camelos aos seus três filhos de modo que ao primeiro deveria caber metade desse número, ao segundo um terço e ao terceiro um nono. Quantos camelos couberam a cada um? (Nota: Como a partilha apresentava-se difícil, pois a divisão deveria ser feita com animais “inteiros”, recorreram os herdeiros ao juiz do local que resolveu a questão de modo muito inteligente. Primeiramente emprestou o seu camelo aos herdeiros que passaram a ter, então, 18 camelos. Em seguida deu metade desse número ao primeiro filho, isto é 9, ao segundo um terço, ou seja 6 e ao terceiro um nono, isto é, 2. Como o total distribuído soma 17 o juiz pôde ainda retirar o camelo que emprestara, satisfazendo totalmente os herdeiros) (SANGIORGI, 1965 p. 408-411).

O segundo manual analisado, cujo título “Admissão ao Ginásio”, da editora do Brasil S.A., edição nº 572, exemplar nº 0978, contendo 524 páginas elaboradas pelos seguintes autores: Aída Costa, Marcius Brandão, Renato Stempniewski e Aurélia Marino. O livro foi assim dividido: Português; Noções de gramática; Matemática Moderna; Geografia; Geografia do Brasil; História do Brasil.

O capítulo destinado à Matemática Moderna (páginas 165 a 352), elaborado por Marcius Brandão foi dividido em *Unidade I: (Conjunto – Número – Numeral) Sistema de Numeração; Unidade II: Operações com os Números Inteiros Naturais; Unidade III: Propriedades Elementares dos Números; Unidade IV: Números Racionais; Unidade V: Sistema Métrico Decimal.* (COSTA, sem data, p. 7-8)

O livro apresenta algumas ilustrações coloridas. Os símbolos, quadros e elementos de destaque foram editados na cor laranja. Os conteúdos são apresentados em sua totalidade, com exemplos e em seguida sugeridos os exercícios.

O conteúdo *adição*, por exemplo, é apresentado utilizando-se a noção de conjunto, em seguida é mostrada a definição (subtítulo 1); as propriedades (subtítulo 2); os sinais de reunião (subtítulo 3) e a prova real (subtítulo 4). Finalmente, uma lista de 10 exercícios, que enfatizam o domínio das propriedades, expressões numéricas, “continhas” e 5 problemas, um dos quais:

Certa quantia foi dividida entre quatro rapazes. O primeiro recebeu NCr\$ 65,00; o segundo recebeu mais NCr\$ 42,00 que o primeiro; o terceiro tanto como os dois primeiros reunidos; e o quarto NCr\$ 70,00. Calcular a importância total distribuída (BRANDÃO, p. 196).

Ao final das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação) apresentam-se problemas sobre as 4 operações, iniciando com 9 problemas resolvidos e sugestão de exercícios com uma lista de outros 20, envolvendo principalmente questões monetárias.

Ao final das unidades há um capítulo com as respostas de todos os exercícios.

5 – Considerações finais

A compreensão da importância de se pesquisar manuais didáticos, documentos escolares, provas, entrelaçando as informações nelas contidas com aquelas apresentadas na legislação, constitui importante ferramenta para a análise da cultura escolar e da própria compreensão da história das disciplinas escolares.

Compreendemos que os exames, principalmente os exames de admissão ao ginásio, surgem na história da educação brasileira, carregados de interesses, como mecanismo de controle e poder, assim como a história das disciplinas escolares.

Referimo-nos a um período em que o país se preparava para um processo de intenso desenvolvimento e um conseqüente aumento da população escolar, que leva os poderes públicos a limitar o acesso ao ensino secundário.

A análise da cultura escolar nos leva a perceber quão escassas são as documentações escolares para estudo histórico. O fato de não termos encontrado nenhum exemplar das provas do exame de admissão neste momento nos impossibilita tecer uma articulação entre a história da avaliação escolar em matemática, os conteúdos matemáticos realmente exigidos para o ingresso ao ginásio e o que a legislação prescreveu sobre o assunto.

No entanto, a análise dos manuais escolares de matemática permitiu que percebêssemos o quanto o ensino era voltado a cálculos repetitivos com ênfase nas operações, na prática exaustiva, no domínio de regras. Verificamos a inexistência de situações-problema que pudessem ser resolvidas por raciocínio lógico.

Por outro lado, compreendemos a importância de que o aluno ingressasse no ensino secundário com o domínio de conteúdos matemáticos fundamentais para dar continuidade aos estudos e obter desenvoltura em sua vida produtiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa S. Alcoforado de. “A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle”. **Educar em revista**. Volume 2. 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/14367>> Acesso em: 22/08/2011.

AZEVEDO, Aroldo de et al. **Programa de admissão**. 12ª ed. Impresso nos Estados Unidos do Brasil. 1965.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. Parte Terceira da 5ª edição da obra: A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação** – de 1931 a 1941. São Paulo. 1942.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm> Acesso em 09/08/2011.

COSTA, Aída et al. **Admissão ao ginásio**. Edição nº 572. Editora do Brasil S.A.

DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, jan/ jun. 2001, p. 9 – 43

MACHADO, R. de C. Gomes (2002). **Uma análise dos exames de admissão ao Secundário (1930 – 1970): subsídios para a História da Educação Matemática no Brasil**. Dissertação de Mestrado. PUC – SP.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 5 ed. São Paulo: Moraes, 1984.

ROCHA, J. L. (2001). **A matemática do ensino secundário na Reforma Francisco Campos**. Dissertação de Mestrado em Matemática. PUC – RJ.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PESSANHA, E. Caldas. DANIEL, M. E. Borges. História da cultura escolar através dos exames: o caso dos exames de admissão ao ginásio (1939 – 1971). **Revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, 2002, v. 8, n. 16, p. 4-15.

PINTO, N. B. . O significado das provas de admissão ao ginásio da Escola Estadual de São Paulo no contexto político educacional do período de 1931 a 1943. **In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004**, Curitiba/PR. Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba/PR : Editora Universitária Champagnat, 2004. v. 1. p. 234-234

_____. Cultura escolar e práticas avaliativas: uma análise das provas de matemática do exame de admissão ao ginásio. In: Wagner Rodrigues Valente (Org.). **A avaliação em matemática: história e perspectivas atuais**. 1ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2008, p. 39-74.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Yvone Pimentel, 2010. Disponível em:
< <http://www.ctayvonepimentel.seed.pr.gov.br/uploads/bd4a503d-3061-9e80.pdf> > Acesso em 20/11/2011.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Francisco de Azevedo Macedo, 2010.

Disponível em:

<<http://ctafranciscomacedo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/177/arquivos/File/pppcefam.pdf>> Acesso em 20/11/2011.

VALENTE, W. R. **Os exames de admissão ao ginásio: 1931-1969**. PUC-SP, 2001, CD-ROM. Volumes 1, 2 e 3.